Aviso n.º 3893/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 21 de Março de 2005, sob proposta do conselho científico da Faculdade de Ciências, foi determinado o seguinte relativamente ao curso de mestrado em Biologia para o Ensino, da Faculdade de Ciências desta Universidade, para o ano lectivo de 2005-2006:

Numerus clausus: 8;

Número mínimo de inscrições para funcionamento do curso de especialização: oito;

Calendário:

1.ª fase:

Aceitação de candidaturas — de 13 de Junho a 15 de Julho de 2005;

Seleção e seriação de candidatos — de 18 a 22 de Julho de 2005;

Matrículas e inscrições — de 25 a 29 de Julho de 2005;

2.ª fase:

Aceitação de candidaturas — de 5 a 16 de Setembro de 2005;

Seleção e seriação de candidatos — de 19 a 23 de Setembro de 2005;

Matrículas e inscrições — de 26 a 30 de Setembro de 2005;

Início das aulas: 6 de Outubro de 2005;

Duração: quatro semestres.

Plano de estudos

1.º ano — curso de especialização:

	UC	Escolaridade	Área
Didáctica e Comunicação.	1,5	15T+10TP	Ciências da Educação.
Educação em Ciência	1,5	15T+10TP	Ciências da Educação.
Psicologia e Comportamento Desviante.	1	15T	Psicologia.
Biologia e Comportamento.	1	15T	Biologia.
Reprodução Humana e Sexualidade.	1	15T	Biologia.
Conservação da Natureza e Educação Ambiental.	1,5	22,5T	Biologia.
Laboratório em Biologia Animal.	1	40P	Biologia.
Laboratório em Biologia Vegetal.	1	40P	Biologia.
Biotecnologia na Escola.	1	15T	Biologia.
Microbiologia e Educação para a Saúde.	1	15T	Biologia.
Projecto	1,5	22,5T	Biologia.

2.º ano: dissertação.

Propinas: € 1250 ano.

Condições de admissão: titulares de uma licenciatura e ou currículo em área científica considerada adequada pela comissão de coordenação do curso e que cumpram os requisitos previstos: classificação mínima de 14 valores e, a título excepcional, com classificação inferior a 14 valores desde que curricularmente possuam adequada preparação científica.

23 de Março de 2005. — Pelo Chefe de Divisão, *Paula Cristina Gonçalves*.

Despacho n.º 7782/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Março de 2005 do vice-reitor Prof. Doutor José Carlos Diogo Marques dos Santos, proferido por delegação de competência conferida por despacho reitoral de 16 de Setembro de 2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 12 de Outubro de 2002, foi constituído pela seguinte forma, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto n.º 301/72, de 14 de Agosto, o júri das provas para o título de agregado do Departamento de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

requeridas pelo Doutor João Bernardo de Sena Esteves Falcão e Cunha:

Presidente — Reitor da Universidade do Porto.

Vogais:

Doutor António Costa Dias de Figueiredo, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutor José Manuel Pinto Paixão, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Doutor José Manuel Nunes Salvador Tribolet, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Eduardo Guimarães de Oliveira Fernandes, professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Doutor Joaquim Francisco da Silva Gomes, professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Doutor António Pinto Barbedo de Magalhães, professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Doutor António Augusto Fernandes, professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Doutor Eduardo Alberto Baptista Maldonado, professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Doutor Rogério Augusto Fernandes Martins, professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Doutor Paulo Manuel Salgado Tavares de Castro, professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Doutor Rui Manuel Campos Guimarães, professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Doutora Maria Filomena Guimarães Dias d'Almeida, professora catedrática da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Doutor António Torres Marques, professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

21 de Março de 2005. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos*.

Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar

Aviso n.º 3894/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no placard da Secção de Pessoal a lista de antiguidade do pessoal docente e não docente pertencente ao quadro deste Instituto.

Da organização da referida lista cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, nos termos do disposto nos artigos 96.º e 97.º do citado decreto-lei.

24 de Março de 2005. — A Técnica Superior de 1.ª Classe, *Maria Fernanda Melo*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Reitoria

Aviso n.º 3895/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do quadro da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa com referência a 31 de Dezembro de 2004.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para apresentar reclamação ao dirigente máximo do serviço.

15 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Clara Petra Viana*.

Serviços de Acção Social

Aviso n.º 3896/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal

do quadro dos Serviços de Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa com referência a 31 de Dezembro de 2004.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para apresentar reclamação ao dirigente máximo do serviço.

15 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Clara Petra Viana*.

Faculdade de Medicina Veterinária

Aviso n.º 3897/2005 (2.ª série). — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis a contar a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, devidamente autorizado por despacho de 5 de Janeiro de 2005 e de 20 de Janeiro de 2005 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária, proferido por delegação de competências, se encontra aberto concurso interno de acesso geral para o provimento de cinco lugares de técnico profissional principal, grupo de pessoal técnico-profissional e área funcional de apoio laboratorial e ou de campo de apoio ao ensino e investigação do quadro do pessoal não docente da Faculdade de Medicina Veterinária (FMV) da Universidade Técnica de Lisboa, aprovado pela Portaria n.º 143/90, de 21 de Fevereiro, com as alterações introduzidas e constantes do mapa II anexo ao despacho reitoral de 8 de Outubro de 2001, despacho n.º 21 969/2001 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 23 de Outubro de 2001.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para as vagas postas a concurso, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — O presente concurso obedece ao disposto nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, e 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

4 — Conteúdo funcional — ao lugar a preencher corresponde o seguinte conteúdo funcional: exercer funções de natureza executiva de aplicação técnica com base no estabelecimento ou na adaptação de métodos, enquadradas em directivas bem definidas, exigindo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos no âmbito da referida área funcional, a desenvolver em laboratórios desta FMV.

5 — O local de trabalho situa-se na Faculdade de Medicina Veterinária, sita na Rua do Professor Cid dos Santos, Pólo Universitário, Alto da Ajuda, 1300-477 Lisboa.

6 — O vencimento é o previsto no mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Julho, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7 — São requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

- a) Requisitos gerais — ser funcionário e satisfazer as condições estabelecidas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- b) Requisitos especiais — cumulativamente com o disposto no parágrafo anterior, estar dentro das condições estabelecidas na alínea *c*) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Julho, a saber:

Permanência na categoria de técnico profissional de 1.ª classe com pelo menos três anos de serviço classificados de *Bom*;

Exercício de funções idênticas às do lugar a prover pelo período mínimo de tempo referido na alínea anterior.

8 — Métodos de selecção — no presente concurso serão utilizadas a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção.

8.1 — Avaliação curricular — serão ponderados os seguintes factores, em função das exigências correspondentes ao conteúdo funcional do lugar a prover e do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- a) Habilitação académica de base, onde se ponderará a titularidade de grau académico ou sua equiparação legalmente reconhecida;

- b) Formação profissional, em que se ponderarão as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, desde que devidamente comprovadas, relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso;
- c) Experiência profissional, em que se ponderará o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que o concurso foi aberto, bem como outras capacitações adequadas, com avaliação da sua natureza e duração. Assim, ponderar-se-á, designadamente, a experiência que o candidato demonstrar possuir na área funcional de apoio laboratorial e ou de campo de apoio ao ensino e investigação, desenvolvida em universidades ou outros estabelecimentos do ensino superior;
- d) Classificação de serviço na sua expressão quantitativa, convertida na escala de 0 a 20 valores.

8.2 — Entrevista profissional de selecção — a entrevista visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

8.3 — Cada método de selecção será classificado de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que na avaliação curricular ou na classificação final obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, elaborado em papel normalizado nos termos do Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril, dirigido ao presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa e entregue pessoalmente na Repartição Académica de Pessoal, Expediente e Arquivo desta Faculdade, sita na Rua do Professor Cid dos Santos, Pólo Universitário, Alto da Ajuda, 1300-477 Lisboa, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, contendo os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Habilitações profissionais (acções de formação e outras);
- d) Indicação da categoria, do serviço a que pertence, da natureza do vínculo e da antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- e) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem publicado;
- f) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito.

9.2 — Nos termos da lei, os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado, assinado e acompanhado dos documentos comprovativos das informações nele prestadas, nomeadamente no que se refere a cursos de formação, seminários, etc.;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Documento autêntico ou autenticado comprovativo das habilitações literárias;
- d) Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente autenticada, da qual constem inequivocamente a existência e a natureza do vínculo à função pública e o tempo de serviço contabilizado na categoria, na carreira e na função pública;
- e) Documento comprovativo das classificações de serviço com relevo para o concurso em apreço, com especificação das pontuações atribuídas, devidamente autenticadas pelo serviço ou organismo que as emitiu;
- f) Declarações ou documentação comprovativa dos elementos referidos na alínea *c*) do n.º 9.1, autênticas ou devidamente autenticadas, sem o que os mesmos não serão considerados;
- g) Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente autenticada, discriminando as funções que desempenha.

10 — Os funcionários pertencentes ao quadro do pessoal não docente da Faculdade de Medicina Veterinária são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constam do respectivo processo individual desde que solicitem, por escrito, à Repartição Académica de Pessoal, Expediente e Arquivo desta Faculdade a sua junção ao processo de candidatura.